

Desafios e potenciais da participação democrática: uma análise do caso da Conferência Municipal da Juventude de Belo Horizonte

Autoria: Leonardo Carvalho Ladeira

Resumo

As teorias de democracia participativas / deliberativas apontam para o fortalecimento da democracia através da participação direta dos cidadãos nas decisões públicas. A Conferência Municipal da Juventude de Belo Horizonte, cujo objetivo era eleger um Conselho Municipal de Juventude e indicar sugestões de políticas públicas específicas para a juventude na cidade, foi uma experiência rica para o estudo de democracia participativa. Este artigo analisa o desenho institucional da Conferência e suas conseqüências, utilizando o modelo de minipúblicos de Fung (2004). A análise é feita a partir das regras peculiares, do nível de participação e do conteúdo das sugestões apresentadas e debatidas pelos jovens. Todos os itens de análise indicam que a experiência tem forte caráter democrático, especialmente no que se refere à participação e à construção de espaços públicos de discussão de políticas públicas. Assim, o artigo apresenta um caso empírico para os modelos de democracia participativa.

Introdução

A democracia brasileira desenvolveu-se ao longo dos últimos anos, especialmente depois da Constituição Federal de 1988, com experiências inovadoras no campo da participação da sociedade civil nos processos decisórios. Essas experiências representam um campo de estudos importante para a ciência política e para a administração pública. Vários teóricos contribuem para a discussão com proposição de modelos e análises empíricas que ilustrem benefícios e limites da participação na democracia atual.

O desenvolvimento da democracia brasileira, desde a redemocratização na década de 80, caminha para a participação através de experiências institucionalizadas, como o Orçamento Participativo e uma série de conselhos gestores de políticas públicas, especialmente nas áreas sociais como educação, saúde e assistência social. Essas experiências estão fortemente ligadas ao novo localismo da formulação e implementação de políticas públicas, e tiveram os primeiros sucessos ligados a administrações mais ligadas a partidos de esquerda.

Belo Horizonte é administrada por partidos ligados a movimentos sociais desde 1992. Nesses 16 anos, muitas experiências de participação democrática surgiram na cidade. Na atual administração, é freqüente a promoção de conferências de políticas públicas voltadas para segmentos populacionais específicos – idosos, jovens, mulheres, negros. Essas conferências são ligadas à eleições de conselhos de políticas públicas consultivos, que por sua vez tem sua ação ligada à coordenadorias dentro da administração direta do município. Este artigo pretende analisar o caso da Conferência Municipal da Juventude de Belo Horizonte.

A experiência está situada num cenário nacional de discussão de política específicas para jovens. Seminários nacionais foram realizados nos últimos anos e surgiram muitas instituições ligadas diretamente à alta administração pública, como a Secretaria Nacional da Juventude, subordinada à Secretaria-Geral da Presidência da República. Esses órgãos normalmente são ligados a conselhos, com membros da sociedade civil e do poder público. O caso de Belo Horizonte, no entanto, foi pioneiro em promover eleições diretas dos conselheiros por conferência e, por isso, foi assistido por muitas dessas organizações nacionais, como experiência relevante para o âmbito nacional.

No dia 20 de maio de 2006, mais de 1000 jovens se reuniram, simultaneamente, nas nove regionais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - fase das pré-Conferências - para discutir e formular sugestões de políticas públicas para a juventude na capital mineira e promover a eleição de conselheiros para o Conselho Municipal da Juventude. No dia 11 de

junho, jovens eleitos nessas pré-conferências se reuniram novamente para escolher novos conselheiros, discutir e aprovar as propostas de políticas públicas das nove regionais, elaborando um documento com 254 sugestões de políticas públicas, que passariam a ser tomadas como prioritárias pelo Conselho Municipal da Juventude. O conselho foi formado por 14 representantes da sociedade civil, eleitos na Conferência, 8 representantes do Poder Executivo e 3 representantes do Poder Legislativo municipal. Ele tem caráter consultivo e representativo, embora pretenda ser um espaço de participação dos jovens nas decisões do município.

O Conselho Municipal da Juventude tomou posse no dia 19 de dezembro de 2006 e iniciou sua atuação em 2007 com uma série de apostas. A atuação do Conselho, até o momento, enfrentou alguns limites e avançou em alguns pontos. No entanto, seria necessário um estudo mais profundo que permitisse elaborar conclusões sobre a atuação o conselho. Esse artigo pretende analisar as experiências das pré-conferências e da Conferência Municipal da Juventude, relevantes para a análise do potencial democrático do Conselho e da formação de um espaço, no caso a própria conferência, propício à participação da sociedade civil na discussão de políticas públicas. Além disso, muito já foi escrito sobre os desafios e limites de atuação dos conselhos, no entanto, há pouca produção que permita descrever as características da experiência de Conferências, tão utilizadas no contexto brasileiro.

A realização das conferências, as regras estipuladas, o nível de participação e o conteúdo das políticas públicas sugeridas representam o objeto de estudo deste artigo, que pretende demonstrar o potencial democrático da experiência à luz das teorias de democracia participativa. Com este objetivo será adotada como metodologia a análise dos principais instrumentos e resultados da Conferência: os dados de inscrição dos participantes, as normas da Conferência, os documentos utilizados como fornecedores de informação na realização das mesmas, os documentos produzidos com as sugestões de políticas públicas, além da observação participante, uma vez que o autor participou das duas fases da Conferência. Os dados foram disponibilizados pela Coordenadoria de Juventude da Prefeitura de Belo Horizonte e pela João Pinheiro Consultoria Jr.¹, associação civil que participou do processo.

Democracia participativa: conceitos e modelos institucionais

Muitos teóricos adotaram modelos específicos para analisar a participação da sociedade civil em espaços de deliberação pública. Uma das principais matrizes teóricas desse debate provém dos pensamentos do cientista social alemão Jurgen Habermas.

Habermas propõe a existência de dois tipos de racionalidade: a sistêmica (instrumental) e a comunicativa. A racionalidade sistêmica está ligada diretamente à justificativa da existência de uma burocracia pública na esfera administrativa do Estado moderno, voltada a coordenação as ações governamentais. Já a idéia de racionalidade comunicativa surge a partir da existência de uma práxis social, que só pode ser experimentada e conclusiva a partir da formação de uma arena discursiva em espaços públicos. Essa racionalidade teria papel fundamental para a tomada de decisões públicas, uma vez que traz elementos novos (não alcançados pela racionalidade sistêmica) e fundamentais para as soluções complexas exigidas pela sociedade moderna.

Ainda que ele não proponha a substituição da esfera do Estado (formada por racionalidade sistêmica e poder administrativo), a idéia de esfera pública deveria ser entendida enquanto uma arena discursiva na qual os valores democráticos se formam e se reproduzem. A compatibilização e os resultados de um debate discursivo no nível da esfera pública contribuiria para a racionalização do sistema político.

Nessa matriz habermasiana, a participação implica deliberação pública e circulação do poder político para além das instituições que formam o sistema político formal. Para Habermas, “a esfera pública é um espaço no qual indivíduos podem problematizar em público

uma condição de desigualdade na esfera privada” (HABERMAS, 1992, apud AVRITZER, SANTOS, 2002). O princípio de deliberação é a argumentação daquilo que é publicamente defensável, que está ligada à consideração, discussão e internalização das demandas desses grupos da sociedade civil pelo poder público, num ambiente de circulação de informações e garantia de mecanismos de participação pública institucionalizados.

Para ampliar um pouco esse raciocínio habermasiano, é necessário aprofundar numa revisão bibliográfica que retome os seus principais conceitos e questões, que surgem na filosofia e chegam à análise da práxis política democrática. No entanto, essa complexibilidade ultrapassa os limites de discussão deste artigo. A partir dessa vertente, desenvolveram-se várias correntes sobre a participação democrática da sociedade civil nos processos de deliberação pública.

Nesse sentido, desenvolve-se a idéia de Públicos Participativos, como uma nova esfera de deliberação e negociação na democracia.

A idéia compreende cidadãos organizados que buscam superar a exclusão social e política por meio da deliberação pública, da promoção de transparência e responsabilização (accountability) e da implementação de políticas públicas. (AVRITZER, WAMPLER, 2004, p. 212)

Evelina Dagnino também contribui para a análise de experiências de democracia participativa, ao colocar como fundamental a investigação do potencial democrático do que ela chama de espaços públicos.

Na medida em que estabelecem convivência entre interlocutores portadores de interesses diferenciados, provêem espaços regulados democraticamente para a administração de conflitos e para a construção de consensos, essas experiências poderiam constituir espaços de construção de uma dimensão propriamente pública na sociedade brasileira, distinta da regulação produzida pela lógica do Estado ou do mercado. (DAGNINO, 2002, p. 12)

Côrtes (2005) chama essas experiências de fóruns participativos, e enfatiza a relação entre participação e governança, considerando participação como o envolvimento de usuários e beneficiários de políticas públicas nos fóruns, e governança como a capacidade gerencial dos governos, eficácia de suas políticas e processo decisório envolvido na promoção de desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contextos democráticos. Para ela esses fóruns têm papéis diferenciados nos contextos institucionais e políticos em que se inserem e potencialidades muito diversas em termos do impacto sobre a formulação ou implementação de políticas, tendo em vista a legitimidade da participação e o seu potencial deliberativo.

A grande questão de todos esses modelos participativos é a inclusão de aprendizado e ampliação das possibilidades de solução dos problemas públicos a partir da participação. O conhecimento científico deve ser utilizado como apoio às discussões e não orientador único das mesmas, uma vez que os problemas enfrentados cotidianamente pela sociedade geram uma série de informações relevantes para a tomada de decisão coletiva. Na visão de Brasil (2007), a participação torna-se fonte de legitimidade e de justificação moral da democracia e, por isso mesmo, representa o valor político de maior grau.

Nem todos os autores, no entanto, estão de acordo com essa visão. Muitos teóricos apontaram também limites e falhas destes instrumentos participativos. As críticas provêm tanto da visão de democracia quanto da incapacidade ou desinteresse dos cidadãos para contribuir efetivamente por meio destes canais de participação.

Muitos autores chamam atenção para a criação de somente novas representações, no lugar da ampliação da participação democrática. Isso poderia ser evidenciado a partir da monopolização dos espaços participativos (conselhos, por exemplo), por representações

formais de classes sociais ou movimentos, criando novas estruturas hierárquicas e novas dependências de representação. Pinto (2004) ressalta a idéia de que o reconhecimento de alguns grupos sociais como espaços legítimos do discurso político pode levar a situações contraditórias e perversas.

De um lado, o grupo pode tornar-se um gueto e, por conseguinte, seus membros apenas terem voz a partir das demandas associadas à sua identidade; de outro, pode acontecer uma espécie de reserva de mercado para o grupo, que passa a se reproduzir, não por suas condições estruturalmente desiguais, mas pelo próprio espaço conquistado. (PINTO, 2004, p. 104)

Uma outra crítica mais profunda à participação parte da análise de Vita (2004). Para ele, a democracia deliberativa representa uma visão rousseauiana-habermasiana idealizada, cujo resultado é uma possibilidade de deliberação que só ocorre em um nível ideal em que os participantes têm as mesmas condições de informação e os mesmos recursos de conhecimento para a discussão argumentativa. O desafio da democracia, mais que ampliar a participação em deliberações públicas, seria criar igualdade de oportunidades políticas. Os processos deliberativos perdem legitimidade pela presença de significativas desigualdades de recursos políticos, incluindo as desigualdades de recursos cognitivos e de capacidade argumentativa, entre os participantes.

Archon Fung contribui para o debate, explicitando muitos dos limites considerados na análise desse tipo de esfera pública está concentrado em grandes instituições, tendências e potenciais respostas. Essa concentração de análise em grandes casos seria explicada pela necessidade de entender como esses movimentos afetam a organização política e social de forma a aumentar a qualidade da esfera pública, ligadas ao comportamento associativo, movimentos sociais, competição eleitoral e a propriedade da mídia e da opinião pública. Fung chama atenção para o caso de públicos menores com impacto relevante sobre a esfera pública.

Esses esforços altamente manufaturados confiam na criação de instâncias de esfera públicas aperfeiçoadas. Elas reúnem cidadãos, às dúzias, às centenas ou aos milhares, mas certamente não aos milhões ou às dezenas de milhões, em deliberações públicas organizadas de maneira autoconsciente. Seguindo Robert Dahl chamarei a esses esforços de minipúblicos. Às vezes eles lembram as reuniões municipais, e às vezes funcionam como associações propositivas. (FUNG, 2004, p. 173).

A idéia de minipúblico de Fung é baseada na idéia de *minipopulus* de Robert Dahl (ver DAHL, 1989), porém mais inclusiva e mais conectada à sociedade civil e ao Estado. Fung considera esses minipúblicos como os esforços mais promissores para o engajamento cívico e deliberação pública, especialmente se proliferados pela sociedade. Esses esforços implicariam transformações constantes e com alto impacto no desenho de uma democracia participativa.

A contribuição desses minipúblicos para uma governança democrática depende de seu desenho institucional e pode ser decisiva para a educação política, a solidariedade social, a crítica política e o controle popular, além de incluir *accountability* pública, justiça social, governança efetiva e mobilização popular como conseqüências de sua existência.

Para analisar o desenho desses minipúblicos, Fung constrói uma matriz dividida em escolhas do desenho institucional e conseqüências funcional do desenho, estabelecendo características a serem analisadas no estudo de um minipúblico específico. Este modelo será utilizado para analisar a formação de um minipúblico na Conferência Municipal da Juventude.

Análise do caráter participativo na Conferência Municipal da Juventude

Embora com limites claros no que se refere ao caráter deliberativo, a idéia de públicos organizados para busca de superação da exclusão social e política está ligada à concepção da Conferência. A existência desse espaço para discussão de políticas para a juventude justifica-se pela marginalização desse grupo na formulação e implementação de políticas públicas.

Uma grande rede de discussão da juventude no Brasil (ver CARRANO, SPOSITO, 2003) demonstra que o jovem é tratado, na produção de políticas públicas, como um problema da sociedade e por isso a ele são direcionadas políticas de educação e inclusão com o sentido de evitar a sua inserção no mundo da violência e das drogas. Esta mesma rede promove a idéia do jovem como protagonista do desenvolvimento político, econômico e social. A juventude deveria ser parceira na produção de políticas públicas.

O modelo de minipúblicos de Fung permite a construção de uma análise pormenorizada dos elementos da Conferência. Para utilizar tal modelo, far-se-á a análise do desenho institucional da Conferência e das prováveis conseqüências desse desenho, a partir das regras oficiais da Conferência, do nível de participação da juventude local e do conteúdo das propostas de políticas pública sugeridas no documento final da mesma.

Escolhas do desenho institucional da Conferência

1 - Tipo de minipúblico

O minipúblico pode ter duas concepções: uma ligada à idéia de fórum educativo, que pretende criar condições para os cidadãos formarem e articularem opiniões sobre determinados assuntos públicos por meio de conversações uns com os outros; outra ligada à idéia de conselho consultivo participativo, por propor não apenas aperfeiçoar a qualidade da opinião mas também alinhar as políticas públicas a preferências meditadas.

O desenho da Conferência Municipal da Juventude é mais adequado à segunda concepção, uma vez que o objetivo era a elaboração de um documento com sugestões de políticas públicas para a prefeitura. Os participantes receberam um caderno com a síntese das principais discussões temáticas. A síntese possuía um diagnóstico da situação atual (do país e do município) para cada tema e sugestões de políticas públicas já consolidadas em dois documentos adotados como base para a Conferência: o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, e o Plano Nacional da Juventude, do Congresso Nacionalⁱⁱ.

A partir dessas informações e das discussões em grupos, os jovens poderiam fazer sugestões de políticas públicas, anotadas por um relator escolhido entre o grupo, em cada uma das pré-conferências. Dentro desses grupos foram escolhidos jovens que iriam ser delegados da Conferência, no número de 1 a cada dez participantes, por eleição direta dos participantes.

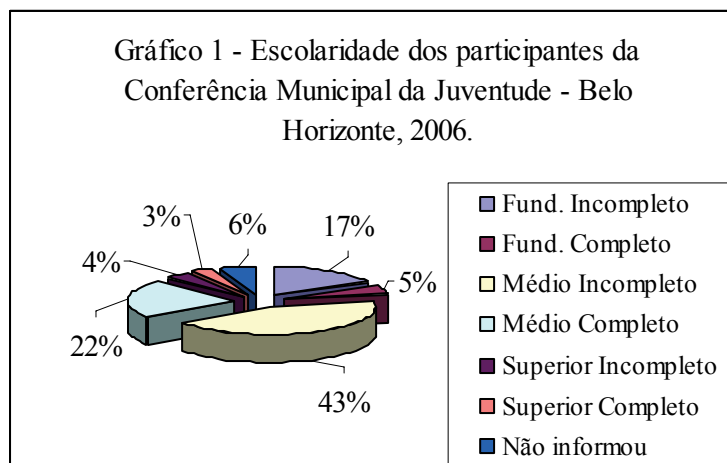
A Conferência teve representantes de todas as regionais de Belo Horizonte, que unificaram suas propostas num documento único a ser entregue ao novoⁱⁱⁱ Conselho formado.

2 - Seleção e recrutamento dos participantes

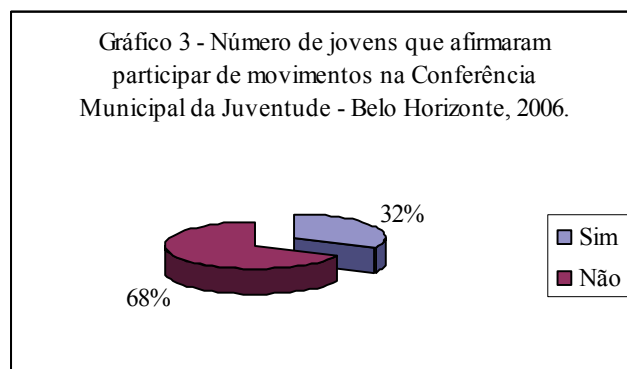
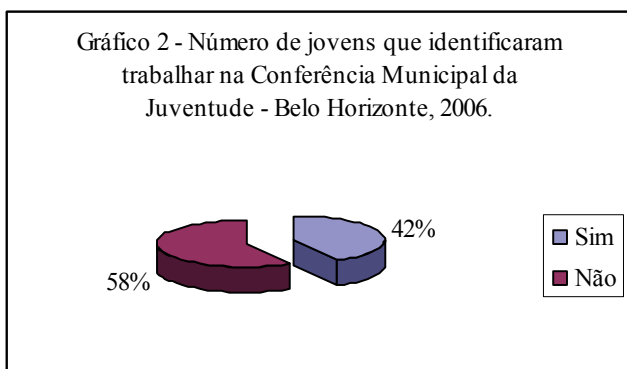
Fung identifica que o mecanismo mais comum é a auto-seleção voluntária quando o minipúblico é aberto a todos aqueles que desejarem. O problema aqui seria a assimetria de informações entre os cidadãos. Aqueles que tomam conhecimento e dispõem de recursos, interesse e tempo participam, enquanto a outra parte que não dispõe desses recursos fica sub-representada, embora seja atingida pelas decisões. Essa crítica é semelhante à identificada por Cortês (2005, p.14), segundo a qual, na visão de alguns céticos da participação, “somente teriam acesso à participação os grupos sociais que dispõem de maiores recursos econômicos e de poder, os ‘excluídos’ continuariam à margem desses processos participativos”, o que evitaria a possibilidade da existência de processos deliberativos equânimes.

A participação na Conferência era aberta a todos os interessados, desde que comprovassem ter idade entre 16 e 35 anos, critério de idade escolhido por lei municipal (ver nota ii). Podiam participar das discussões pessoas fora dessa faixa etária, porém sem direito a voto ou elegibilidade. A divulgação foi feita por meio de cartazes, rádio e jornais; no entanto, foi mais eficiente por meio informal, entre os grupos de jovens organizados, ligados ao Fórum de Entidades de Belo Horizonte^{iv}, organização social parceira na realização do evento; através dos programas da prefeitura nas escolas municipais e, principalmente, na rede política mobilizada pela Coordenadoria da Juventude.

Os participantes, como consequência da efetividade da divulgação, eram predominantemente jovens atendidos por políticas públicas ou ligados a movimentos sociais e políticos, conforme sugere observação direta na Conferência. Uma lacuna dessa participação refere-se aos jovens universitários, cuja participação foi pequena. Os dados demonstrados nos três gráficos abaixo^v mostram que a maior parte dos jovens tinha escolaridade de nível médio e uma quantidade relevante trabalhava e estudava.



Fonte: Fichas de Inscrição – Coordenadoria de Juventude da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.



Fonte: Fichas de Inscrição – Coordenadoria de Juventude da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Além disso, alguns incentivos atraíram a participação dos jovens: a alimentação oferecida no dia da pré-conferência atraiu jovens de baixa renda; as apresentações culturais programadas para a pré-conferência atraíram jovens ligados a grupos culturais; a realização de um grande show com bandas locais e nacionais para o encerramento da Conferência atraiu muitos jovens, embora esse elemento tenha tido impacto menor, uma vez que essa programação não estava definida na divulgação.

Alguns elementos, por outro lado, tiveram impactos negativos. Houve problema com a alimentação nas Pré-Conferências, com o atraso na entrega de marmitas e a impossibilidade de distribuição de comida em alguns deles, pois a empresa contratada entregou comida

estragada. Outro fator relevante foi que data e local para realização das pré-conferências e da Conferência foram alterados durante o processo, invalidando em parte a divulgação realizada antes e depois das pré-conferências. Alguns delegados eleitos nas regionais para a Conferência podem não ter sido informados do local e data de realização da mesma. Esses problemas poderiam justificar o nível de evasão observado entre as pré-Conferências e a Conferência Municipal, que foi de 24,05% entre os delegados eleitos.

Os dados indicam, inicialmente, uma participação ligada à população diretamente interessada na discussão, ao contrário do previsto pelos céticos da participação, que reiteram a limitação da participação aos grupos que detém recursos. A análise mais detalhada deste ponto será feita posteriormente.

3 - Tema e Escopo da Deliberação

Fung ressalta a importância dos assuntos públicos que serão apreciados pelos participantes, uma vez que esses são parte importante do jogo, podendo indicar restrição de liberdades de discussão.

A Conferência Municipal da Juventude tinha suas discussões divididas em cinco grupos temáticos: Trabalho e Renda; Promoção da Igualdade Racial; Educação e Meio Ambiente; Cultura, Esporte e Lazer; Saúde, Diversidade Sexual e Gênero. A escolha e o agrupamento dos temas foram da Comissão Organizadora do Evento, formada pela Coordenadoria da Juventude e representantes da sociedade civil, em conformidade com os documentos-base da Conferência. Os temas foram considerados apropriados ao debate juvenil, por representarem questões que afetam diretamente a juventude local. As escolhas foram feitas de acordo com o interesse específico de cada jovem, declarada na inscrição.

Chama atenção o fato de algumas propostas surgidas dentro dos grupos temáticos não se relacionarem efetivamente a nenhum dos temas propostos para a Conferência. Como não havia regras previstas para tal caso, a comissão responsável por sistematizar as propostas que seriam levadas para a Conferência optou por relacioná-las separadamente, como “Propostas Gerais para a Juventude” e foram colocadas em votação para toda a Assembléia de delegados da Conferência. Isso demonstra uma certa liberdade da proposição de temas não-previstos. Uma proposta que surgiu em todos os grupos, por exemplo, referia-se à meia passagem em transporte coletivo. Em sua maioria, no entanto, essas “propostas gerais” visavam ao aumento da participação democrática, demonstrando o interesse dos jovens por esse modelo.

4 - Modo deliberativo

Este tema relaciona-se à organização e ao estilo das discussões em um minipúblico. A deliberação é um processo de discussão pública no qual os participantes oferecem propostas e justificativas para sustentar as decisões coletivas que apelem aos outros participantes. Esta idéia refere-se à força do melhor argumento e reforça a idéia de que esses espaços de deliberação promovem resultados mais justos e legítimos para as decisões públicas.

No caso analisado, as primeiras discussões ocorreram nas pré-conferências. Todas as sugestões levantadas em cada uma das nove regionais da prefeitura foram compiladas em um documento único, utilizado na Conferência Municipal. Nessa Conferência, os delegados eleitos puderam aprovar as propostas surgidas nas regionais. Portanto, a Conferência garantiu a participação de representantes de todas as regionais e a declaração da preferência dos jovens por determinadas políticas públicas, uma vez que as sugestões que entraram no documento final deveriam ser aprovadas por maioria de delegados, na Conferência.

Ao contar com a participação de delegados de todas as regionais, a Conferência garantiu a supressão de preferências locais por preferências gerais^{vi}. Também garantiu a argumentação de todos os grupos participantes das pré-conferências, já que os delegados presentes na aprovação haviam participado da formulação das sugestões na primeira fase.

5 - Recorrência e iteração

É também importante no desenho a frequência com o que o minipúblico se reúne. O caso da Conferência incorre nos tipos de modelos consultivos participativos, para os quais “uma rodada conclusiva de deliberação pode ser suficiente” (FUNG, 2004, p. 181).

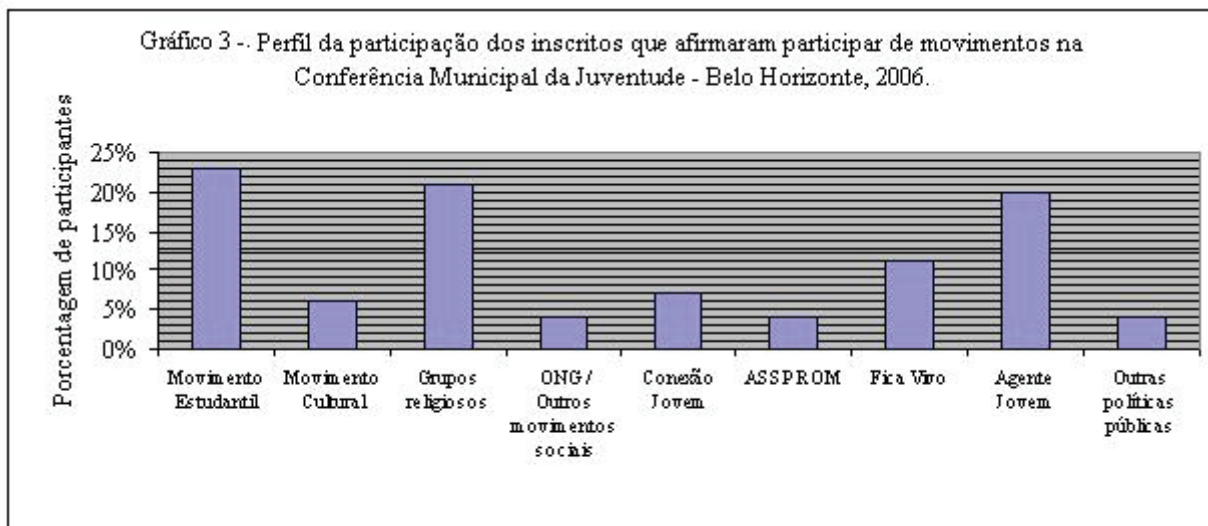
As deliberações da Conferência referem-se à sugestões de políticas públicas a serem implementadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, através da Coordenadoria da Juventude. Esse documento pretende embasar toda a atuação do Conselho de Juventude, de caráter consultivo, eleito pela própria Conferência. Assim, a conferência tem caráter de rodada conclusiva. Uma primeira recorrência, no entanto, pode ser considerada entre as próprias fases da Conferência. Os delegados participantes da Conferência já haviam participado de uma primeira rodada de deliberações nas pré-Conferências em que foram eleitos. Uma outra recorrência pode existir, já que o mandato dos conselheiros é de dois anos e torna-se função do Conselho convocar nova conferência para eleger o próximo conselho. Portanto, de dois em dois anos, os jovens de Belo Horizonte podem ser convocados a discutir e problematizar a sua percepção sobre as políticas públicas específicas para a juventude na cidade.

6 - Apostas

As apostas referem-se à noção do quanto os participantes acreditam na deliberação de um minipúblico. Fung classifica as deliberações em quentes e frias.

Deliberações frias fazem com que indivíduos com apostas baixas em uma discussão estejam de mente aberta, começam sem posições fixas e desapaixonados. Eu tendo a visão oposta: deliberações quentes com participantes que têm muito em jogo tornam possível uma melhor deliberação. Mais participantes serão atraídos para as deliberações quentes e elas serão mais sustentáveis ao longo do tempo. Os participantes investirão mais de sua energia psíquica e recursos no processo e assim o tornarão mais detalhado e criativo. (FUNG, 2004, p. 181)

Como já descrito, o perfil preponderante dos participantes da Conferência que afirmaram participar de algum movimento era de jovens atendidos por políticas públicas (45% deles) ou ligados a movimentos sociais de juventude (55%). A divisão desses interesses está relacionada no gráfico a seguir. No formulário de inscrição havia apenas a indicação “Participação em Movimentos” com as opções *Não* ou *Sim, quais*. Foi dos próprios jovens a iniciativa de classificar as políticas públicas das quais se beneficiam (ver gráfico) como movimentos dos quais participam.



Fonte: Fichas de inscrição - Coordenadoria de Juventude.

Por esse perfil, podemos considerar as deliberações da Conferência como deliberações quentes. Aos jovens atendidos por políticas públicas, interessava opinar sobre tais políticas, sugerir ampliação ou modificações nas mesmas. Aos movimentos sociais ligados à questão da juventude interessava especialmente formar agenda que pudesse interferir no poder público. Especial nesse sentido foi a participação de grupos de jovens que lutam pelo acesso a cultura, movimentos estudantis ou de lutas ligadas à diversidade sexual, igualdade racial, entre outros.

Uma estratégia adotada por alguns grupos de jovens mobilizados anteriormente permite identificar a força das apostas na Conferência. O objetivo inicial das pré-Conferências era incluir jovens das nove regionais no debate e eleger um membro do Conselho que ocuparia o cargo de conselheiro regional. No entanto, não havia nenhuma comprovação de endereço para a participação (somente para conselheiro eleito). Conhecendo previamente as regras de votação, grupos mobilizaram jovens para conseguir votos nas eleições de delegado e conselheiro. A mobilização afeta a legitimidade de algumas votações – pela possibilidade de conselheiros regionais serem eleitos com votos de jovens não-residentes da regional -, mas comprova a existência de deliberações “quentes” nos processos da Conferência.

7 - Empoderamento

A idéia de empoderamento refere-se à capacidade dos resultados deliberativos de um minipúblico influenciarem as decisões públicas. Se, por um lado, um maior empoderamento aumenta o interesse na participação, por outro lado, ele pode levar à captura privada ou delegação ilegítima do poder estatal.

O empoderamento da Conferência Municipal da Juventude de Belo Horizonte é incerto. A capacidade de empoderamento é atestada pela ligação do Conselho a um órgão instituído na Prefeitura de Belo Horizonte: a Coordenadoria Municipal de Juventude. A coordenadoria é um órgão de execução e proposição de políticas públicas efetivo na estrutura formal do município. Está ligada diretamente à Secretaria de Governo e é um ator relevante para a implementação de políticas públicas ligadas à juventude. As parcerias entre governo federal, estadual e municipal são geridas dentro da Coordenadoria e esta tem a função de diagnosticar os problemas da juventude na cidade e propor políticas de interferência. Portanto, a “aposta” no Conselho é legítima, uma vez que ele terá o papel de seguir e orientar o trabalho da Coordenadoria. Como já dito anteriormente, entretanto, a análise ainda não foi realizada.

Uma consideração importante, no que se refere ao perigo do empoderamento, deve ser colocada. A discussão de políticas públicas para segmentos específicos de população, como é o caso da juventude, pode gerar uma concepção de direitos também segmentada na sociedade. Os “direitos” dos jovens no que se refere à educação, saúde, trabalho, cultura, lazer, não são os direitos sociais conquistados pela sociedade brasileira, ao longo de décadas de mobilização social? O campo das políticas sociais, que no caso brasileiro é marcado por desigualdades regionais e populacionais, envolve toda a discussão de importância de políticas focalizadas ou universais. Nesse sentido, a força do empoderamento na Conferência da Juventude, pode representar um perigo à promoção de políticas públicas para outros segmentos não incluídos no termo “juventude”. Aqui consideramos o perigo pequeno no caso analisado, uma vez que a prática da prefeitura de Belo Horizonte é voltada para realização de conferências no mesmo molde para os demais setores “fragilizados” da população: idosos, mulheres, negros, entre outros. A experiência, assim, pode ser positiva como instrumento efetivo de participação.

8 - Monitoramento

O desenho de minipúblico aqui se refere à sua alimentação “traseira” – no sentido de rever qualidade da ação e da implementação de políticas em curso - ou “dianteira” – no sentido de gerar discussão pública e refinar opiniões sobre políticas. Se a Conferência tinha como objetivo propor políticas públicas para a juventude, que poderiam ser alimentadas de

maneira dianteira na atuação do Conselho, com a expectativa de levar essas deliberações em conta nas decisões públicas, por outro ela apresenta fortes características de alimentação traseira, incluindo idéias fortes do aprendizado público e *accountability*.

Nas pré-conferências, bem como nas Conferências, os debates nos grupos temáticos foram conduzidos por um grupo, também de jovens, contratados por meio de uma consultoria (ver nota i). Esses jovens tiveram um treinamento relacionado a duas questões importantes: as políticas públicas adotadas pela Prefeitura Municipal que afetavam os temas ligados à juventude; e as competências constitucionais municipais da produção de políticas públicas. Com base nesses treinamentos, os condutores das discussões nos grupos apresentaram o conteúdo aos jovens participantes. Isso enriqueceu o debate de propostas de políticas públicas, uma vez que as competências e as políticas já existentes estavam sendo consideradas, e teve impacto na proposição de políticas, como será analisado posteriormente. Além disso, houve aumento do aprendizado público para os jovens participantes.

Conseqüências funcionais do desenho das Conferências

A – Quantidade de participação

A quantidade de participação permite demonstrar a capacidade de um minipúblico em aumentar o engajamento cívico dos cidadãos incluídos nele. A participação será maior na medida em que ele estiver aberto à ampla participação, promover deliberações quentes e empoderamento, gerar incentivos à participação e obter a presença de associações comunitárias e movimentos sociais mantenedores de sua capacidade de recrutamento.

A participação na Conferência foi muito limitada em relação ao percentual de jovens na população de Belo Horizonte^{vii}. As pré-conferências tiveram a participação de cerca de 1000 jovens, sendo estes representados por apenas 73 delegados na Conferência Municipal. No entanto, ressalte-se aqui os problemas ligados à evasão já analisados (alimentação, mudanças de data e local). Considerando que essa é a primeira experiência na realização da Conferência, admite-se um potencial de aumento na participação nas próximas conferências, que poderá ser dado especialmente pela visibilidade do Conselho Municipal da Juventude.

B – Viés da participação

A dimensão do engajamento cívico também se relaciona ao perfil daqueles que participam do minipúblico. No modelo de Fung, é importante identificar se os participantes provêm de setores favorecidos economicamente ou ligados ao centro político, ou cidadãos desfavorecidos e necessitados de políticas públicas.

Como já analisado, a Conferência teve ampla participação de jovens beneficiários de políticas públicas ou ligados a movimentos sociais organizados. Isso pode embasar a suposição de que houve uma sobre-representação dos jovens em desvantagem – se os considerarmos como os jovens atingidos pelos principais problemas da juventude na cidade e, portanto, mobilizados para a solução dos mesmos. Os dados, que se referem à escolaridade, profissão e participação em movimentos já explicitados reforçam a suposição, contrariando os céticos da participação, que afirmam haver privilégio a grupos com maiores recursos (de dinheiro e informação) nesses instrumentos.

C – Qualidade da Deliberação

Uma boa deliberação está ligada à idéia de racionalidade na argumentação e discussão, no nível de informações que circulam, no planejamento e na capacidade de resolução dos problemas apresentados. Deve respeitar, também, as reivindicações de todos os participantes, freando a busca do auto-interesse e favorecendo a busca do interesse comum. Para Fung, a razoabilidade pode requerer de alguém que retire seu apoio a determinada proposta que

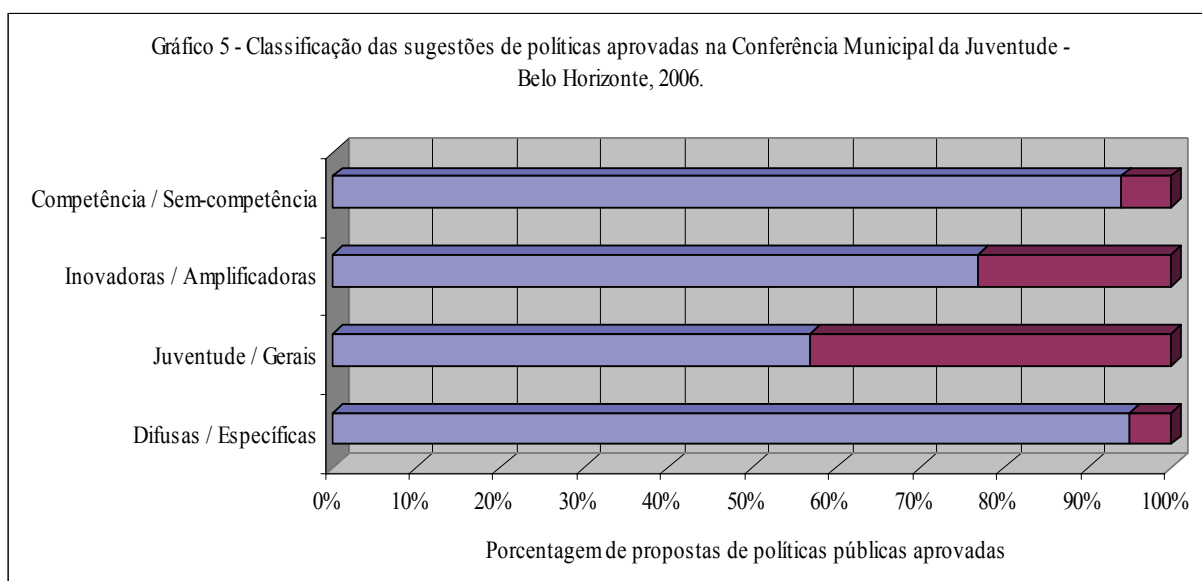
melhor promove o próprio interesse em favor de outras que são mais necessárias. Essa racionalidade será tanto maior, quanto maiores forem as vantagens epistêmicas dos participantes. Na discussão de políticas públicas para a juventude, há vantagem epistêmica na participação dos jovens atingidos pelos principais problemas, uma vez que eles têm informações relevantes para o processo de discussão das mesmas.

Numa tentativa de identificar a qualidade das políticas públicas deliberadas na Conferência, as propostas foram classificadas a partir de quatro pares de características. A escolha de tais classificações relaciona-se a uma tentativa de levantar a qualidade de deliberação desse minipúblico. A classificação e os resultados apresentam-se a seguir.

Quadro 1. Classificação das propostas de políticas públicas da Conferência Municipal da Juventude, Belo Horizonte, 2006.

<p>Políticas específicas – atendem um número limitado de jovens, como moradores de uma região específica ou membros de um grupo restrito.</p> <p><i>Exemplo:</i> Reformar o campo de futebol da rua Pedreira, no bairro Vista Alegre.</p>	<p>Políticas difusas – beneficiam uma coletividade de jovens, seja no critério etário ou por vivenciarem uma mesma situação específica – doença, renda, etc.</p> <p><i>Exemplo:</i> Criar mecanismos que promovam a inclusão da jovem negra na sociedade.</p>
<p>Políticas de juventude – afetam somente os jovens ou tem sua atuação específica para problemas da juventude.</p> <p><i>Exemplo:</i> Potencializar os agentes de saúde jovem para falarem sobre sexualidade.</p>	<p>Políticas gerais – destinadas a resolver problemas de toda a sociedade.</p> <p><i>Exemplo:</i> Promover a valorização social de exercícios profissionais como cabeleireiro, manicure, mecânico e garçom.</p>
<p>Políticas inovadoras – não se refere a política já existente, considerado o conhecimento dos jovens.</p> <p><i>Exemplo:</i> Selecionar uma escola ou local da comunidade para que se torne centro de cultura.</p>	<p>Política amplificadoras – aquelas cujo escopo é a ampliação ou melhorias em políticas já existentes.</p> <p><i>Exemplo:</i> Fortalecer o SOS Racismo e promover o resgate da cultura negra.</p>
<p>Políticas de competência municipal – de competência específica, comum ou concorrente na Constituição.</p> <p><i>Exemplo:</i> Implantar o passe livre para os jovens estudantes da rede pública de ensino municipal, estadual e federal, visando garantir o acesso a cultura, esporte e lazer.</p>	<p>Políticas sem competência municipal – de competência específica da União ou dos estados.</p> <p><i>Exemplo:</i> Criar uma universidade municipal que garanta o ensino superior gratuito e de qualidade.</p>

Gráfico 5 - Classificação das sugestões de políticas aprovadas na Conferência Municipal da Juventude - Belo Horizonte, 2006.



Fonte: João Pinheiro Consultoria Jr.

Para os fins de análise da qualidade, as políticas específicas são consideradas de menor qualidade que políticas difusas, por exprimirem um caráter de auto-interesse superior ao caráter de coletividade, uma vez que a Conferência pretendia levantar demandas da população jovem de Belo Horizonte como um todo. Observou-se um número insignificante desse tipo nas sugestões aprovadas na Conferência.

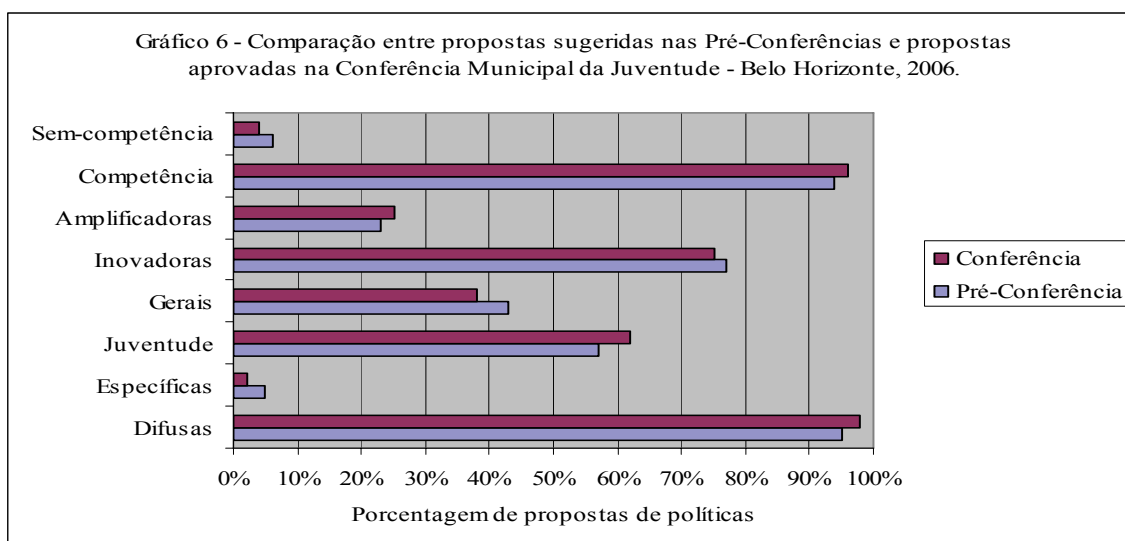
A classificação entre políticas gerais ou de juventude, refere-se menos à qualidade da deliberação e mais à eficácia do processo de Conferência. Se o minipúblico objetivava levantar demandas de políticas de juventude, um maior número de políticas gerais poderia identificar uma falha no sentido de formulação de conferências segmentadas como essa. O percentual relevante de propostas gerais, mostrado a seguir, indica que a Conferência desviou, em muitos momentos, de sua finalidade de indicar políticas públicas específicas para a juventude.

A divisão entre políticas inovadoras ou amplificadoras é um indicador importante para a própria atuação do Conselho, uma vez que internaliza a satisfação da juventude em relação às políticas públicas já existentes na prefeitura de Belo Horizonte. O alto nível de propostas amplificadoras indicaria que há uma satisfação em relação ao escopo das políticas adotadas, ainda que com as sugestões de alteração da mesma. Além disso, indica o bom nível de informações dos jovens e dos governantes na Conferência. O número, embora pouco expressivo, é indicativo de alto teor de informações, o que dá maior qualidade da deliberação.

A qualidade de deliberação seria prejudicada por um grande número de propostas de políticas que não são de competência municipal, uma vez que isso impacta negativamente sobre a efetividade das sugestões levantadas. Mais uma vez, os dados indicam alta qualidade na deliberação da Conferência, com um número pequeno de propostas deste fim.

Portanto, conclui-se que houve qualidade na deliberação uma vez que um número preponderante de propostas referem-se à políticas de competência municipal, difusas e de juventude. A classificação entre políticas inovadoras e amplificadoras demonstra um nível de informação relevante no que se refere ao que será tratado posteriormente neste artigo.

A qualidade da deliberação foi afetada, diretamente, pelas regras da Conferência. Uma vez que as propostas surgidas nas pré-Conferências foram discutidas e aprovadas pelos delegados regionais eleitos para a Conferência, houve garantia de uma boa deliberação nos grupos temáticos da Conferência. Isso pode ser comprovado quando se faz uma comparação entre as características das 377 propostas das pré-Conferências e com as das 254 sugestões aprovadas na Conferência, conforme gráfico abaixo. Os dados confirmam uma diminuição das propostas classificadas como específicas, gerais ou sem competência municipal.



Fonte: João Pinheiro Consultoria Jr.

D – Informação aos representantes

Os minipúblicos contribuem efetivamente para que políticos, administradores e outros representantes obtenham informações durante o processo. Essas informações referem-se a preferências, prioridades e percepções que podem aperfeiçoar a qualidade das políticas e da ação pública, quando consideradas por esses representantes.

A Conferência Municipal da Juventude foi assistida por todos os administradores da Coordenadoria de Juventude da Prefeitura, secretários (especialmente de políticas sociais), administradores das regionais, vereadores, além da presença de alguns deputados e representantes dos poderes públicos estadual e federal, na área de juventude. Embora não tivessem direito à voto nas deliberações, esses atores puderam presenciar as discussões e tiveram acesso às sugestões de políticas públicas surgidas no processo.

E – Nível de informação aos cidadãos

As informações também são favorecidas para os cidadãos em minipúblicos como a Conferência. Uma vez que os cidadãos têm acesso limitado à informação, as conferências serviram para incluir os participantes nos temas atuais de discussão de políticas públicas para a juventude, seja através do documento entregue no início das discussões, seja na condução dos debates (com informação de políticas já existentes e de competências municipais), seja nas próprias discussões de sugestões de políticas públicas nos grupos temáticos.

F – Habilidades democráticas e Socialização

Os analistas das instâncias de democracia participativa chamam a atenção para a capacidade de arenas deliberativas, como a apresentada, funcionarem como “escolas de democracia”, com a aquisição de habilidades da cidadania e a consideração dos interesses públicos mais acentuadamente nas suas preferências e na sua inserção nas ações públicas.

Essa característica é especialmente importante no caso analisado porque insere a juventude nessa “escola de democracia”. Num país em que a cultura política é marcada pela apatia e desinteresse, os jovens tiveram a oportunidade de se inserir num processo de deliberação pública que afeta o seu engajamento cívico positivamente. A socialização foi promovida nos debates para aprovação das sugestões de políticas públicas, em que os delegados argumentavam para aprovação ou eliminação das propostas das pré-Conferências.

G – Accountability Oficial

Para Fung, a elevação da *accountability* também é consequência dos minipúblicos, uma vez que os cidadãos “podem examinar coletivamente as ações e políticas dos representantes, avaliar o alinhamento deste comportamento do Estado com suas próprias aspirações e valores e tentar colocar os dois em conformidade” (FUNG, 2004, p.187).

A Conferência Municipal da Juventude representa essa possibilidade de exame das ações públicas pelos jovens. Os jovens participantes, especialmente através do Conselho Municipal da Juventude eleito, poderão acompanhar de forma mais próxima e transparente as ações da Prefeitura de Belo Horizonte.

H – Justiça das Políticas

Os minipúblicos têm potencial de promover justiça social especialmente quando tratam de temas nos quais exista iniquidade substancial. A Conferência da Juventude deu voz a muitos grupos atingidos por problemas sociais relacionados à injustiça social e o perfil dos participantes pôde ser representativo e legitimar o documento final da Conferência como uma posição assumida pela juventude de Belo Horizonte frente ao poder público municipal.

I – Efetividade da ação pública

A deliberação pública, segundo Fung, pode contribuir para a eficácia da política e da deliberação pública de quatro formas: 1) criando oportunidades para os que serão submetidos a uma política de criticá-la e propor alterações; 2) aumentando a legitimidade de uma política ou agência e pode, assim, tornar os cidadãos mais dispostos a cooperar; 3) obtendo informação direta dos cidadãos, que podem ter vantagens comparativas com relação a determinadas políticas; e 4) ajudando a aprimorar os detalhes da implementação – estratégias e métodos – ao longo do tempo.

Na Conferência as propostas tiveram muitas vezes o caráter de crítica ou proposição de ampliação e alteração das políticas já existentes. Uma vez assumidas pelo Conselho e, depois, pela Coordenadoria, as propostas feitas pelos participantes da Conferência legitimam essas duas instâncias como representantes dos cidadãos jovens de Belo Horizonte no poder público, de forma mais relevante que a representação tradicional pelo voto.

J – Mobilização Popular

As deliberações dentro de um minipúblico podem ainda contribuir para a mobilização dos cidadãos fora deles. Em primeiro lugar, pode-se considerar que os movimentos sociais que participaram da Conferência saíram fortalecidos, seja por conselheiro eleitos, seja pela própria visibilidade que ganharam na participação. Eles podem ter sua ação favorecida com o maior conhecimento gerado pela Conferência.

Além disso, os jovens que não participaram da Conferência podem ser mobilizados posteriormente pelas deliberações realizadas no processo, especialmente através da mobilização do Conselho Municipal da Juventude eleito.

Conclusões

A Conferência Municipal da Juventude, considerada a partir de suas regras, escopo e resultados das deliberações, e perfil dos participantes, representa um caso típico de minipúblico, considerando as indicações de Archon Fung.

O desenho institucional, bem como as conseqüências desse desenho, analisadas neste artigo, representa um instrumento de democracia participativa com resultados expressivos e apostas altas nos caminhos da deliberação pública. Podem, satisfatoriamente, ser considerados como *fóruns participativos*, na idéia de Cortês, ou *espaços públicos*, para Dagnino. Possuem características marcantes de *Públicos Participativos*, de Avritzer, embora não tenha claramente os conceitos de deliberação, por estar ligado a um conselho consultivo para a condução das políticas públicas. Assim, é menos empoderada que a experiência do Orçamento Participativo, apesar de promover o ambiente necessário ao desenvolvimento da racionalidade comunicativa habermasiana. E é especialmente no sentido de construir experiências reais que alargam os horizontes das teorias de participação que a Conferência se coloca. A escolha pelo modelo de minipúblicos de Fung é representativa e demonstra a sua importância para a esfera das decisões públicas.

Esta discussão contemporânea sobre a esfera pública tem caminhos separados daqueles dos impulsos democráticos radicais e participativos, que favorecem o envolvimento direto do cidadão nas decisões públicas. Parte da razão dessa separação provém de preocupações com a impraticabilidade de uma democracia forte em organizações políticas extensas, complexas e modernas. Todavia, as experiências atuais dos minipúblicos fortes e empoderados indicam que esse julgamento de inviabilidade pode ser muito apressado e que os públicos da democracia participativa podem ser realizáveis sob algumas das condições contemporâneas. (FUNG, 2004, p. 204).

A experiência da Conferência deve ser encarada como uma experiência de minipúblico forte, pelas considerações aqui estabelecidas. Todas as falhas apontadas no processo de realização da Conferência podem ser justificadas pelo pioneirismo da iniciativa, pelas incertezas do processo de preparação e pela condução inicial do processo pela Coordenadoria de Juventude da Prefeitura de Belo Horizonte. Uma segunda experiência de Conferência, conduzida pelo novo conselho eleito e que tome como ponto de partida a análise minuciosa da primeira experiência, pode oferecer a solução para os mais diversos problemas apresentados.

A Conferência Municipal da Juventude foi um espaço efetivo de participação dos jovens na discussão de decisões públicas e a sua recorrência representa possibilidades reais e efetivas de aumento da cidadania, aumento da *accountability*, aprimoramento das políticas públicas e direcionamento da democracia participativa na cidade.

Referências bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução: para ampliar o cânone democrático*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- AVRITZER, Leonardo. WAMPLER, Brian. *Públicos Participativos: sociedade civil e novas instituições participativas no Brasil democrático*. In: COELHO, Vera Schattan. NOBRE, Marcos (orgs). *Participação e Deliberação – Teoria democrática e Experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Municipal de Juventude. *Cadernos de textos da Conferência Municipal da Juventude*. Belo Horizonte, 2006.
- Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Municipal de Juventude. *Conferência Municipal da Juventude – Propostas aprovadas*. Belo Horizonte, 2006.
- Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Municipal de Juventude. *Regimento da Conferência Municipal da Juventude*. Belo Horizonte, 2006.
- Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Municipal de Juventude. *Sistematização das propostas das Pré-Conferências Municipais da Juventude*. Belo Horizonte, 2006.
- Brasil. Legislação. Projeto de Lei nº 4.530. *Plano Nacional da Juventude*. Brasília, 2004.
- BRASIL, Flávia. *A participação cidadã nas políticas sociais e na gestão de programas e projetos: potenciais e desafios*. In: FAHEL, Murilo. NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. (orgs). *Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues; SPOSITO, Marília Pontes. *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. Set/Dez, número 024, 2003.
- CÔRTEZ, Soraya Vargas. *Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura*. In: COELHO, Denílson Bandeira. LUBAMBO, Catia. MELO, Marcus André. *Desenho institucional e participação política*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. In: DAGNINO, Evelina (org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAHL, Robert. *Democracy and its Critics*. New Haven, Conn: Yale University Press, 1989.
- FUNG, Archon. *Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências*. In: COELHO, Vera Schattan. NOBRE, Marcos (orgs). *Participação e Deliberação – Teoria democrática e Experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- HABERMAS, Jurgen. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*. São Paulo, Ed. Loyola, 2002.

Instituto Cidadania. São Paulo. Projeto Juventude-Documento de conclusão. São Paulo, 2004.

João Pinheiro Consultoria Jr. Belo Horizonte. *Relatório de Apoio e Acompanhamento à realização das Pré-Conferências e da Conferência Municipal da Juventude*. Belo Horizonte, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. Espaços deliberativos e a questão da representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, v. 19, n. 54, fev / 2004.

VITA, Álvaro de. *Democracia deliberativa ou igualdade de oportunidades políticas?* In: COELHO, Vera Schattan. NOBRE, Marcos. (orgs). *Participação e deliberação – Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

Notas

ⁱ A João Pinheiro Consultoria Jr. foi contratada pela prefeitura para acompanhar o processo. Ela é uma associação civil sem fins lucrativos formada por alunos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, autarquia do governo de Minas Gerais. O curso é voltado para administração pública e os alunos se formam com direito à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Nas pré-conferências e na Conferência trabalharam 63 jovens selecionados entre esses alunos, conduzindo os debates e as votações da Conferência.

ⁱⁱ O Projeto Juventude foi desenvolvido pelo Instituto Cidadania entre agosto de 2003 e maio de 2004 e consistiu num diagnóstico e propostas para a juventude brasileira, elaborado em estudos, pesquisas e seminários nos diversos estados do Brasil. O Plano Nacional da Juventude, objeto de estudo de comissão especial da Câmara dos Deputados, instituída em 2003, consiste num documento de acompanhamento e estudo das propostas de políticas públicas para a juventude.

ⁱⁱⁱ Desde a aprovação da Lei Municipal nº 9551, de 9 de julho de 1998, do Conselho da Juventude, existiu um conselho. No entanto, o conselho era formado por membros indicados pelo poder público e não teve atuação direta, em caráter consultivo ou deliberativo, desde sua fundação nas políticas públicas da cidade.

^{iv} O Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis de BH é um grupo de mais de 40 entidades que desenvolve projetos ligados à juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte e se reúne mensalmente desde agosto de 2004 para constituir uma rede de intercâmbio de informações, debates e reflexões sobre a juventude.

^v O perfil analisado refere-se a amostra de 60% dos delegados nas Pré-conferências, que se refere ao número de fichas de inscrição disponibilizadas pela Coordenadoria da Juventude. Considera-se a amostra relevante pela porcentagem e pela distribuição uniforme das fichas disponibilizadas entre as regionais das Pré-Conferências.

^{vi} Supõe-se que a participação nas pré-Conferências regionais causou sub-representação ou sobre-representação de algumas regionais na Conferência Municipal, uma vez que o número de participantes não é proporcional ao número de jovens residentes nas regionais. Não foi possível correlacionar os dados, uma vez que o critério de idade para juventude é diferente dos critérios dos índices de população disponíveis para a cidade.

^{vii} Esta suposição está baseada nos dados do IBGE para a população de Belo Horizonte, no último censo. O IBGE adota o termo juventude para a faixa etária de 18 a 24 anos e constatou que existiam 328.240 jovens em Belo Horizonte. Portanto, os dados para a faixa de 16 a 35 anos, considerando ainda o ano de 2006, mostram-se muito superiores ao nível de participação da Conferência.